

### Um plano para atrair investidores e perseguir o crime

Os relatos sobre os milhares e milhares de menores centro-americanos que cruzavam a fronteira entre o México e os estados norte-americanos do Arizona, Califórnia ou Texas, foram notícia diária dos canais informativos há uns meses. Foi uma boa época para os *coyotes* – indivíduos que ganhavam por conduzir os rapazes até ao seu destino –, mas foram dias de confusão para as autoridades dos EUA, que não sabiam como deter essa maré migratória, nem como lidar com os recém-chegados.

Para que a história não se repita, os governos dos três principais países emissores: Honduras, El Salvador e Guatemala – o chamado “Triângulo Norte” da América Central –, deram a conhecer em finais de 2014 uma estratégia: o “Plan de la Alianza para la Prosperidad del Triángulo Norte” (PAPTN), pelo qual se irá implantar um conjunto de programas para fazer da região um sítio habitável, pacífico, próspero, sem os níveis de corrupção e crime que até hoje afugentam os habitantes.

Segundo o Plano, as linhas de ação serão variadas, e incluirão investimentos em infraestruturas, tanto na rede elétrica – pois num ambiente de elevada criminalidade é crucial, reconhecem, a iluminação das ruas –, como em novas estradas, redes ferroviárias e instalações portuárias, visto que, segundo o Banco Mundial, torna-se menos dispendioso enviar mercadorias por barco para os EUA a partir da China do que desde a América Central. Ter-se-á de transformar esta realidade para atrair os investidores, pois poucos deles estarão dispostos a aceitar que os seus produtos demorem cinco dias a ir da Cidade da Guatemala para São José da Costa Rica (uma distância menor do que a que separa, por exemplo, Barcelona de Santiago de Compostela), com a sua consequente perda de competitividade.

Outro tema será injetar recursos na educação e em aspetos ligados a ela, como a nutrição dos menores ou o seu atendimento de saúde, sempre que as carências em ambos incidem negativamente no rendimento escolar e no desenvolvimento de competências. Além disso, serão aplicados incentivos – monetários, entre eles – para que os jovens não abandonem o ensino secundário, e será dada

primazia ao vínculo entre a educação e o sistema produtivo, com programas de estágio e cursos de aprendizagem, de modo que os jovens estabeleçam uma ligação o mais precoce possível com o mundo do trabalho.

A resposta é imaginável: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os EUA assumirão grande parte das verbas. Para os EUA, é quase um dever moral esse apoio, por ser o principal destino tanto dos emigrantes, como das drogas que “perturbam” o ambiente pelo qual transitam. Muitos criticam o facto da ajuda militar à América Central nas décadas passadas ultrapassar os 9 000 milhões de dólares, enquanto, em anos de “paz”, não ir além dos 200 milhões anuais.

Talvez a título de correção, o Congresso dos EUA já dispôs 1 000 milhões de dólares para uma primeira fase do PAPTN, embora a sustentabilidade do esquema ao longo do tempo não possa depender unicamente da ajuda que vem de fora da região.

Em 2011, a “The Economist” (“The tormented isthmus”, 14.4.2011) citava uma anedota: após falar numa conferência de homens de negócios na Guatemala sobre os avanços do combate contra o crime organizado na Colômbia, o ex-presidente Álvaro Uribe foi muito aplaudido. Mas ao exortar os presentes a pagar os impostos para apoio à ação estatal e alcançar igual resultado no país centro-americano (um estudo, “La política fiscal de Centroamérica en tiempos de crisis” do Wilson Center referia, em 2012, uma taxa de evasão fiscal de 51 % em El Salvador pelas empresas, e de 36,3 % pelas pessoas físicas, enquanto na Guatemala, estas últimas ultrapassavam as empresas: 69 % contra 62,8 %), fez-se um silêncio “ensurdecedor”.

A dura realidade social guatemalteca, hondurenha e salvadorenha passa precisamente por esse desentendimento, por essa cadeia de irresponsabilidades que acaba em negros títulos de imprensa. Não são os anos 80, mas mais ou menos como então, com um punhado de famílias ricas que continua a ostentar o poder económico e a conseguir esquivar-se à débil máquina fiscal do Estado, o qual, sem fundos suficientes, deixa amplos buracos por preencher, incluindo a segurança dos cidadãos. O resultado é que os criminosos, por seu turno, fazem a sua parte nas redes de narcotráfico que passam pelo território, ao mesmo tempo que se dedicam a fazer extorsão e a assassinar os cidadãos comuns, resultando que uns decidem ir para o norte do continente ao abandonar de uma

vez esse pesadelo, e outros, para continuarem vivos, juntam-se às quadrilhas em busca de “proteção”.

Decididamente, o Estado tem de ser fortalecido. Daí que o PAPTN proponha formar os funcionários encarregados de fazer cumprir as obrigações fiscais, modernizar os mecanismos de recolha, e avançar o mais possível na transparência da gestão dos recursos públicos. Com isso, pretende-se ganhar a confiança dos cidadãos e fazer-lhes ver que vale a pena ficarem, trabalharem, modelarem um futuro em que o Estado se preocupa com eles e os protege... O que até ao momento, e tendo em conta a dura luta protagonizada por estas sociedades contra os regimes militares do passado, nunca ocorreu.

No centro gravitacional dos graves problemas do “Triângulo Norte” encontra-se a insegurança. Em artigo publicado no “The Miami Herald” (“Central America still awaits relief from violence, brutality”, 26.1.2015), o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, estava assombrado com a proporção dos números de assassinios de El Salvador: “Num só dia, 22 mortos. Seria o equivalente a 1 050 homicídios nos EUA em 24 horas. Tristemente, foi apenas mais um dia comum na América Central”.

Não é este o ambiente em que um empresário se iria propor abrir negócio e criar emprego – de facto, a Wal Mart fechou o seu escritório regional na Guatemala e transferiu-o para a Costa Rica, dado o elevado custo das apólices de segurança no país do quetzal. Por isso, uma das previsões do plano é, justamente, agilizar os mecanismos da justiça, pois em sítios como El Salvador, somente 5 % dos casos termina com o veredito de um tribunal.

E claro, haverá que modernizar os órgãos policiais. Até agora, a confiança que suscita a polícia é nula, pelo que os que têm essa possibilidade contratam empresas de segurança privadas (CSP). Pedro Trujillo, tenente-coronel reformado do exército espanhol e atual diretor da Faculdade de Estudos Políticos da Universidad Francisco Marroquín, na Guatemala, calcula o número dessas empresas em 140.

“São a resposta perante uma oferta pública inexistente ou de má qualidade – explica à “Ace-prensa”. A polícia nacional não responde às expectativas dos cidadãos em proteção, reação, atuação... pelo que não lhes resta alternativa a não ser proteger-se, e surgem as CSP. Como o mercado é amplo, existem empresas de ‘má’ qualidade e outras de melhor produto. E qualquer coisa pode ser conseguida: desde um vigilante armado, até estudos sofisticados de investigação e inteligência”.

O ex-militar declara-se cético sobre como o PAPTN irá abordar a renovação dos corpos estatais de segurança: “Há que analisar os modelos policiais. Não se trata de melhorar, modificar ou mudar alguns, mas de fazer modelos mais eficientes, e parece-me que este projeto, como muitos outros, apoiará a ideia da reforma policial, quando do que se deveria

falar é da mudança substancial do modelo. Se não existe um projeto de carreira, uma lei de destinos, condições de trabalho que não ultrapassem (salvo exceções) as 8-10 horas, um salário adequado, um tratamento digno, uma aproximação à comunidade, uma despolitização, um serviço eficiente e muitas outras alterações, não será possível avançar”.

Sim, os fins são elevados: uma educação mais em sintonia com as necessidades do desenvolvimento, um clima de segurança para as empresas e os cidadãos, um Estado consolidado e responsável... Resta apenas determinar até que ponto as elites políticas e económicas locais, adaptadas a viver em asséticos *bunkers* e com tendência para legislar em benefício próprio, estarão dispostas a traduzir a ideia em factos.

L. L.

## Francisco: “Ao Estado interessa-lhe investir nas famílias numerosas”

Os governantes não se podem limitar a lamentar a baixa natalidade, devendo procurar a maneira de ajudar as famílias que querem ter mais filhos. Isso foi sublinhado pelo Papa Francisco num encontro com a associação nacional italiana de famílias numerosas e com representantes de outras organizações familiares da Europa.

“Vê-se que amam a família e amam a vida! É bonito agradecer isto ao Senhor no dia em que celebramos a Sagrada Família”, disse no passado dia 28 de dezembro perante uma audiência repleta de crianças.

“Vieram com os frutos mais belos do seu amor. A maternidade e a paternidade são dons de Deus, mas receber este dom, maravilhar-se com a sua beleza e fazê-lo resplandecer na sociedade é tarefa sua”.

O Papa destacou a ideia de que cada filho é um presente de Deus. “Todos observámos homens e mulheres que, quando têm um filho, a sua vida muda; é outra coisa. Um filho é um milagre que muda a vida. Vocês, meninos e meninas, são isso: cada um é um fruto único do amor; vêm do amor e crescem no amor”.

Mas o carinho dos pais não diminui com a chegada de mais filhos; pelo contrário, multiplica-se e absorve relações familiares. “São únicos, mas não estão sozinhos! E o facto de terem irmãos e irmãs faz-lhes bem: os filhos e as filhas de uma família numerosa são mais capazes da comunhão fraterna desde a primeira fase da infância. Num mundo marcado frequentemente pelo egoísmo, a família numerosa é uma

escola de solidariedade e de convivência; e estas atitudes depois são um benefício para toda a sociedade”.

O Papa comparou a família a uma árvore que dá bons frutos. Nela tem um papel destacado a ajuda que os avós proporcionam aos pais: “É muito importante a presença dos avós: uma presença preciosa pela ajuda que prestam e sobretudo pelo seu serviço educativo. Os avós velam pelos valores de um povo, de uma família, e ajudam os pais a transmiti-los aos filhos”.

Após se referir às dificuldades das famílias numerosas, Francisco lamentou que “as instituições públicas nem sempre os ajudem”. Deu o exemplo de Itália, bem conhecido pelos assistentes: “Recordam com razão que a Constituição italiana, no artigo 31, exige uma atenção especial às famílias numerosas, mas isto não encontra um reflexo adequado nos factos. Fica-se pelas palavras”.

“Desejo, portanto, pensando também na baixa natalidade que desde há algum tempo se regista em Itália, uma maior atenção dos dirigentes políticos e da administração pública, a todos os níveis, para proporcionar a ajuda prevista a estas famílias”.

E insistiu: “Cada família é a célula da sociedade, mas a família numerosa é uma célula mais rica, mais vital e ao Estado interessa-lhe muito investir nela!”.

O Papa agradeceu às associações familiares o seu compromisso de “promover na sociedade e nas leis do Estado os valores e as necessidades da família”.

E recordou, com palavras de João Paulo II, que a função social das famílias se estende à vontade de impulsionar leis justas: “As famílias devem crescer na consciência de serem *protagonistas* da chamada *política familiar*, e assumirem a responsabilidade de transformarem a sociedade; caso contrário, as famílias serão as primeiras vítimas daqueles males que se limitaram a observar com indiferença” (“Familiaris consortio”, n. 44).

O Papa teve uma lembrança especial para “as famílias mais afetadas pela crise económica”, assim como para aquelas “tentadas a render-se à solidão e à divisão”.

## “Las religiones políticas”

“The Political Religions. Science, Politics and Gnosticism: Two Essays”

Autor: Eric Voegelin  
Trotta. Madrid (2014)  
143 págs.

Tradução (castelhano):  
Manuel Abella e Pedro García Guirao.

O pensador alemão Eric Voegelin (1901-1985) é um dos principais do século XX e a sua obra continua a ser lida. Nascido em Colónia, estudou em Viena e emigrou para os Estados Unidos quando o regime nazi anexou a Áustria, em 1938. Desde então viveu e ensinou nos Estados Unidos até à sua morte.

“Las religiones políticas” inclui dois ensaios breves e substanciais, o assim intitulado e “Ciência política y gnosticismo”. Ambos estão intrinsecamente ligados, porque o gnosticismo leva à rejeição da transcendência, pelo que a religião se torna política ou, melhor, a política religião.

Essa recusa da transcendência e, portanto, de Deus (do Deus transcendente, criador do mundo e do homem e seu benfeitor) é uma das marcas do gnosticismo, algo que teve muitas encarnações ao longo dos seus dois mil anos de história. Voegelin detém-se na gnose mais recente: Hegel, Marx, Nietzsche, o fascismo, o nazismo.

O gnóstico está insatisfeito com a sua situação no mundo (algo que se pode partilhar), mas atribui essa realidade à consideração de que o mundo está intrinsecamente mal feito. Se Deus o fez e está tão mal feito, há que prescindir de Deus. Resta a titânica tarefa de consertar o mundo a partir de dentro. Assim, acredita-se que “a ação humana é capaz de modificar a ordem do ser e esse ato redentor se torna possível graças ao esforço do próprio homem”, eliminando inteiramente a Deus. O gnóstico sabe (de *gnosis*, saber) como fazê-lo. “Sabe” simplesmente.

Até à Modernidade, os grupos gnósticos tinham um certo contacto com o cristianismo, porque esse era o ambiente geral. Depois tornaram-se deístas e por último ateus, como no marxismo, em Nietzsche ou no nazismo. Em todos os casos são apresentadas pretensas soluções globais e definitivas: a sociedade sem classes, o super-homem, a raça superior...

Há que ler este livro. Têm de lê-lo os que se interessem pelo pensamento político elevado (e assente na clareza) e o comparem com a anemia atual neste aspeto crucial.

Uma apresentação de Guillermo Grañó Ferrer e Josemaría Carabante introduz-nos na figura e na obra de Voegelin.

R. G. P.

